



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
ALUNA: ANA KAROLINA DE OLIVEIRA SOUSA

**DE RIBEIRA GRANDE À CIDADE VELHA: abordagem histórico-geográfica na
compreensão da formação e função do espaço urbano no período do século XV ao século
XVIII**

FORTALEZA - CE

2023

Ana Karolina de Oliveira Sousa

DE RIBEIRA GRANDE À CIDADE VELHA: abordagem histórico-geográfica na
compreensão da formação e função do espaço urbano no período do século XV ao século
XVIII

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Graduação em Geografia do Centro
de Ciências da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharela em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Vlândia Pinto Vidal de
Oliveira.

FORTALEZA - CE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S696r Sousa, Ana Karolina de Oliveira.
De Ribeira Grande à Cidade Velha: abordagem histórico-geográfica na compreensão da formação e função do espaço urbano no período do século XV ao século XVIII / Ana Karolina de Oliveira Sousa. – 2023.
39 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Curso de Geografia, Fortaleza, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Vlândia Pinto Vidal de Oliveira.
1. Cabo Verde. 2. Ribeira Grande. 3. Cidade colonial. 4. Espaço urbano. 5. Agentes e funções. I. Título.
CDD 910
-

Ana Karolina de Oliveira Sousa

DE RIBEIRA GRANDE À CIDADE VELHA: abordagem histórico-geográfica na
compreensão da formação e função do espaço urbano no período do século XV ao século
XVIII

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Graduação em Geografia do Centro
de Ciências da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharela em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Vlândia Pinto Vidal de
Oliveira.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Vlândia Pinto Vidal de Oliveira (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Ms. José Maria Monteiro Semedo

Universidade de Cabo Verde - UniCV

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

FORTALEZA - CE

2023

RESUMO

A Coroa Portuguesa, ao longo de alguns séculos, estabeleceu um regime expansionista de seu poder, colonizando territórios e alimentando um comércio de tráfico negreiro como mão-de-obra de exploração. Nessa conjuntura, foram descobertas, em 1460, as ilhas da região sul do então Arquipélago de Cabo Verde, entre as quais a ilha de Santiago, onde, em 1462, dar-se-ia início à tentativa de povoamento, mais especificamente na capitania de Ribeira Grande, hoje Cidade Velha. Nesse contexto, Ribeira Grande se constituiu como a primeira cidade européia nos trópicos e é também o objeto de estudo desta pesquisa. O objetivo, portanto, se delineou em compreender quais agentes e processos foram determinantes na organização do espaço urbano da Cidade de Ribeira Grande e no direcionamento de suas funções, entre os séculos XV e XVIII, e como aqueles contribuíram para o declínio da referida cidade colonial. Compreender as relações inerentes a esse período histórico é importante pelo fato de ser uma época na qual se conformaram inúmeros territórios, inclusive o brasileiro. Este que, por sua vez, estabeleceu fortes conexões com Ribeira Grande através do tráfico negreiro. A pesquisa foi pautada na análise diacrônica e se reportou à investigação bibliográfica, documental, geocartográfica e iconográfica para a sua realização. As análises histórico-geográficas do espaço revelaram que, ao longo do recorte temporal considerado, a Cidade de Ribeira Grande passou por 4 (quatro) momentos de mudanças que impactaram diretamente a conformação de sua malha urbana, bem como a função do seu espaço enquanto Cidade Capital de um arquipélago. O 1º momento correspondeu ao terceiro quartel do século XV (1462) até as três décadas seguintes, quando se deu o início do povoamento formado pelo incipiente aglomerado tipicamente comercial próximo à área do porto. A Igreja, a Coroa Portuguesa e os agentes econômicos foram os principais agentes produtores do espaço nesse período. O 2º momento, compreendido em meados do século XVI, foi a fase em que ocorreu a ampliação do povoamento e de edifícios comerciais e habitacionais, além do surgimento de 2 (duas) novas zonas residenciais, da Câmara Municipal e de um sistema defensivo, porém, ainda em fase inicial. O 3º momento compreende o período que vai da segunda metade do século XVI a meados do século XVII e consistiu no maior investimento e crescimento da cidade. Aqui, grandes equipamentos religiosos foram construídos e, junto a eles, outros equipamentos urbanos. E, por fim, o 4º momento, compreendido na segunda metade do século XVII ao século XVIII, foi o período em que Ribeira Grande sofreu mais ataques de corsários e piratas, havendo assim um investimento maior na construção de fortalezas. A cidade também passou

por crises socioeconômicas advindas de mudanças nas relações comerciais ultramarinas, o que culminou no seu declínio e na ascensão da Vila de Praia à condição de Cidade Capital.

Palavras-chave: Cabo Verde; Ribeira Grande; cidade colonial; espaço urbano; agentes e funções.

ABSTRACT

The Portuguese Crown, over the course of a few centuries, established an expansionist regime of its power, colonizing territories and feeding a slave trade as exploitative labor force. In this context, in 1460, the islands of the southern region of Cape Verde Archipelago were discovered, including the island of Santiago, where, in 1462, the attempt at settlement would begin, more specifically in the captaincy of Ribeira Grande, today Cidade Velha. In this context, Ribeira Grande became the first European city in the tropics, and it is also the object of study in this research. The objective, therefore, was to understand which agents and processes were decisive in the organization of the urban space of the City of Ribeira Grande and in the direction of its functions, between the XV and XVIII centuries, and how those contributed to the decline of this colonial city. Understanding the relationships inherent to this historical period is important because it was a time in which numerous territories were formed, including Brazil. This country, in turn, established strong connections with Ribeira Grande through the slave trade. The research was based on diachronic analysis and referred to bibliographic, documentary, geocartographic and iconographic study for its completion. The historical-geographical analyzes of the space revealed that, throughout the time frame considered, the City of Ribeira Grande went through 4 (four) moments of change that directly impacted the conformation of its urban area, as well as the function of its space as a Capital City of an archipelago. The first moment corresponded to the third quarter of the XV century (1462), until the following three decades, when the settlement formed by the incipient, typically commercial agglomeration near the port area began. The Church, the Portuguese Crown and economic aspects were the main agents producing space during this period. The second moment, in the middle of the XVI century, was the phase in which the expansion of the settlement and commercial and residential buildings occurred, in addition to the emergence of 2 (two) new residential areas, the City Council and a defensive system, still in its initial phase. The third moment comprises the period that goes from the second half of the XVI century to the middle of the XVII century and consisted of the city's greatest investment and growth. Here, large religious facilities were built and, alongside them, other urban facilities. And, finally, the fourth moment, from the second half of the XVII century to the XVIII century, was the period in which Ribeira Grande suffered more attacks from corsairs and pirates, resulting in greater investment in the construction of fortresses. The city also went through socioeconomic crises, arising from changes in overseas commercial relations, which culminated in its decline and the rise of Vila de Praia to the status of Capital City.

Keywords: Cape Verde; Ribeira Grande; colonial city; urban space; agents and functions.

1. INTRODUÇÃO

A concentração de atividades e serviços urbanos, dinamizadores da essência da Cidade, são formados e moldados por diversos fatores e agentes que produzem o espaço urbano a partir da perspectiva de interesses, os quais, se apresentam na maioria das vezes de cunho singular.

A busca pelo desvendamento desses agentes, assim como, dos fatores que remodelam a função e a estrutura de uma cidade são pontos fundantes para a interpretação dos processos que reestruturaram o espaço geográfico urbano ao longo do tempo.

Entretanto, se deve respeitar a temporalidade dos fatos, pois, quando se estuda os agentes produtores do espaço no passado, é imprescindível a adequação por parte do pesquisador, de uma visão investigativa e desarticulada do presente, à medida que os fatores e processos que os constitui não conferem aos mesmos do pretérito.

Assim sendo, a presente pesquisa se reportou a investigação documental e bibliográfica dos agentes e fatores preponderantes na produção do espaço urbano da antiga Cidade de Ribeira Grande, hoje denominada de Cidade Velha, em Santiago no arquipélago de Cabo Verde, compreendido entre os meados do século XV ao século XVIII, período este em que a cidade surge, passa da condição de vila à cidade capital, e por fim entra em decadência, quando tem sua funcionalidade transformada: de sede administrativa - polarizadora de serviços -, à cidade histórica.

Também corresponde ao período em que o velho mundo presenciava grandes transformações econômicas acompanhadas de novas descobertas científicas e tecnológicas - compreendidas aqui pelas expansões de novos mercados e avanços da astronomia associados ao aprimoramento de técnicas náuticas- e que teve a nação Ibérica Portuguesa como a primeira a iniciar as navegações ultramarinas. Tal fato lhe conferiu no prolongamento de seus territórios por meio da dominação de novas colônias, dentre elas, o arquipélago de Cabo Verde.

Essa antiga colônia portuguesa, hoje, país africano, está localizada no Oceano Atlântico entre os paralelos 17° 30' e 15° 00' de latitude Norte e meridianos 22° 30' e 25° 30' de longitude Oeste, distante a cerca de 500 km do promontório ocidental desse continente (ALVES et al., 1979, apud HERNÁNDEZ, 2008). O arquipélago é formado por um conjunto de 10 ilhas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Santiago, Fogo e Brava) e treze ilhéus, vindo a compor uma superfície emersa de 4.033Km² (CABO VERDE, 2004).

É, portanto, na ilha de Santiago que está inserida Cidade Velha, a antiga cidade de Ribeira Grande. A mesma fica distante cerca de 12 km da cidade de Praia, cidade esta que com o declínio da cidade de Ribeira Grande no século XVIII, passaria a assumir a posição de Cidade Capital do arquipélago de Cabo Verde. (figura 1)

Figura 1 – Localização da área de estudo.



Fonte: Organizado pela autora, 2023.

Conforme Pereira (2009), Ribeira Grande surgiu “por volta de 1462, [...] [sendo] uma das primeiras cidades portuguesas do então Ultramar. Ponto de apoio à expansão portuguesa, [...] teve um papel essencial no desenvolvimento do comércio e da navegação de longo curso” (PEREIRA, 2009, p. 53-54. Grifo nosso).

A posição geográfica da atual Cidade Velha foi determinante para que houvesse o interesse por parte da coroa portuguesa em povoá-la, uma vez que

sua posição geo-estratégica, a meio caminho entre o continente Africano, a Europa, as Américas e o Oriente, [não só a cidade como] o arquipélago caboverdiano cedo foi chamado a desempenhar um papel de placa giratória no quadro das trocas comerciais no tráfico negreiro e no aprovisionamento dos navios [...]. (PEREIRA, 2009, p. 54. Grifo nosso).

Tal fato não só consolidou sua ocupação como legitimou sua importância como “Berço da Nação e da cultura caboverdiana, [sendo, portanto,] [...] considerada um legado nacional, um patrimônio cultural único no país e que não pertence apenas a Cabo Verde (PEREIRA, 2004, p 1. Grifo nosso). Mas [...] à vida dos povos de três continentes, África, Europa e América” (PEREIRA, 2009, p. 25).

Mediante a importância geoestratégica do referido núcleo urbano para a expansão e manutenção das relações de poder e domínio de novos territórios e rotas comerciais por parte da Coroa Portuguesa, surge à curiosidade em saber como tais relações se reverberaram no então recente território caboverdiano e quais foram os produtos espaciais herdados por essas relações de dominação, cuja suas proposições se deram em meio a um conjunto de interesses articulados a um contexto exógeno ao território.

Ainda nesse contexto, se questiona sobre quais as normatizações – fossem elas legais ou ilegais, explícitas ou implícitas – que direcionaram essas relações de dominação colonial responsáveis pelo ordenamento socioespacial da cidade de Ribeira Grande, determinando não só a configuração de sua infraestrutura urbana como também ditando os rumos de suas funções mediante as relações mutáveis inerentes ao período de expansão marítima e implantação de novos territórios coloniais. Um exemplo, foi quando houve a ‘descoberta’ do novo mundo, a América, que mais tarde, viria somar na produção e ordenamento territorial da cidade de Ribeira Grande, a partir das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais advindas dessas inter-relações entre colônias portuguesas como também, delas com a metrópole Portugal.

A presente pesquisa ao dar subsídios para compreender as cidades coloniais, em especial a Cidade de Ribeira Grande, hoje, Cidade Velha, com suas formas e funções mediante o contexto das navegações ultramarinas, se revela, portanto, em xxxxx no processo de reconstrução e discussão da história da sociedade caboverdiana.

Além do que, o propósito de analisar esta cidade histórica, implicou também na necessidade de se compreender outras relações socioespaciais vigentes nesse período, possibilitando assim, a realização de uma releitura integrada do espaço geográfico.

1.1 Objetivos

É nesse contexto de expansão das navegações ultramarinas e suas correlações na produção de espaços urbanos no período colonial, que a presente pesquisa delineia seu objetivo geral, que é o de compreender quais agentes e processos foram determinantes na

organização do espaço urbano, bem como, no direcionamento de suas funções entre os séculos XV e XVIII, as quais conduziram o declínio da cidade Ribeira Grande.

Os objetivos específicos por sua vez, se constituem em:

- Identificar os principais agentes responsáveis pela conformação do espaço urbano;
- Analisar as funções atribuídas à cidade ao longo do período em estudo;
- Constatar as transformações locais a partir da compreensão das relações socioespaciais delineadas pelos diferentes agentes produtores do espaço;
- Identificar as principais formas urbanas oriundas das relações socioespaciais nesse período;
- Compreender como se deu o processo de declínio da Cidade de Ribeira Grande e o surgimento de sua nova função como Cidade Velha.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As cidades coloniais se constituíam em territórios dependentes e subordinados aos interesses da nação colonizadora, sendo, portanto, produzidas e organizadas segundo suas estratégias de exploração. A formação desses territórios, em especial os das colônias portuguesas, se deu numa conjuntura denominado por Cunha (199-? apud FERNANDES, 1992, p. 23) de diáspora, cujo corresponde “a dispersão geográfica dos portugueses, de forma organizada e gradual, por razões políticas, econômicas e religiosas”. Tal processo expansionista é entendido

no seu desenrolar global, desde o primeiro quartel do século XV até os finais do século XVIII. Ou seja, o termo dos Descobrimentos, da correspondente consolidação e enraizamento da colonização, até ao de uma certa ‘contratação’ do desenvolvimento, correspondendo às crises do período pós-pombalino (FERNANDES, 1992, p. 25).

A noção de território abordado dialoga com a definição trabalhada por Fernandes (1992) sendo, portanto, as porções de terras das ilhas insulares com suas respectivas áreas marítimas onde são estabelecidas ocupações humanas, sejam elas por meio do processo de colonização de povoamento ou colonização de exploração.

Para pensar a cidade nessa época, Lencioni (2008) traz colaboração ao apontar a noção de aglomeração, sedentarismo, mercado (trocas) e administração pública (concentração de poder) como elementos referências ao seu processo de conceitualização. Tais elementos podem ser constatados na literatura da época, quando Lencioni (2008) faz destaque para a

palavra cidade, presente no dicionário da língua portuguesa e latina, datado de 1712, em que o seu significado está relacionado aos seguintes verbetes: “a) de multidão de casas distribuídas em ruas praças, cercadas de muros e habitadas por homens que vivem em sociedade e subordinação; b) de cabeça de um reino ou de província”. Ainda segundo a autora, tal palavra era “acrescida de adjetivos: cidade fronteira, cidade mercantil” (LENCIONI, 2008, p. 114).

Quanto ao urbano, não há registro nesse período, mas somente o vocábulo urbe, o qual “tem o mesmo sentido de cidade” (LENCIONI, 2008, p, 114), reafirmando assim, que a noção de complementariedade que se tem hoje do conceito de cidade como objeto e o de urbano como fenômeno, não se fazia presente no contexto das análises geográficas no período colonial. Entretanto, ao analisar o passado, percebemos que tal fenômeno urbano é observado através das relações socioespaciais preestabelecidas nas cidades, só que atribuído de outros valores os quais, não equivale aos mesmos da cultura urbana compreendida para o período contemporâneo.

Tal fato só reforça a importância de se atentar ao contexto espaço temporal de análise, uma vez que os conceitos alteram seus sentidos de acordo com o período histórico vigente (LENCIONI, 2008).

Nesse contexto teórico, as cidades coloniais se justificam como tal, à medida que se apresentam como resultado das relações estrategicamente articuladas por diferentes agentes, os quais dependendo do papel que desempenha detêm mais ou menos poder de produção e organização espacial.

Segundo Vasconcelos (1997), a Igreja e o Estado nesse período histórico, se constituem nos grandes detentores do poder, por conseguinte são os agentes que mais intervêm de forma decisiva na organização territorial. Os mesmos mantinham uma relação de padroado, conferindo-lhes, portanto, numa parceria que perpassavam as decisões políticas, administrativas e econômicas.

A ação desses agentes nas diferentes colônias contribuiu para que “a própria cultura urbana portuguesa [tivesse] grande parte de sua história fora do seu território europeu” (TEIXEIRA, 1996, p. 572. Grifo nosso).

A função exercida pelas cidades coloniais através de suas relações com outros territórios tanto no velho como no novo mundo, transpõem suas estruturas locais, sendo, ainda mais intensificada quando há a instalação do poder eclesiástico ou mesmo o do Estado. Quando isso ocorre, o território da colônia a fim de atender as demandas dessas instâncias, acaba estruturando o seu espaço urbano por meio da construção de novos equipamentos e, por conseguinte o surgimento de novas prestações de serviços. Tudo isso, se deve ao papel que

esses núcleos desempenhavam durante esse período histórico, à medida que foram eles que deram o suporte básico para a colonização de exploração dos territórios recém ‘descobertos’ fosse minimamente viável.

3. METODOLOGIA

As cidades são palco de intensas dinâmicas urbanas em constante transformação. Na investigação de seus fenômenos, diversos caminhos e métodos podem ser utilizados para fundamentar discussões e reflexões e, conseqüentemente, a construção de novos conhecimentos.

Norteados pelo anseio da interpretação dos fenômenos materialmente estabelecidos na Cidade Velha, fruto de complexos e diferentes processos, a pesquisa foi pautada na análise diacrônica, por se tratar da busca pela compreensão das dinâmicas processuais inerentes às formas e funções urbanas mediante as mudanças que se deram ao longo do tempo no referido espaço urbano. Deste modo, a presente pesquisa se reportou a investigação documental, bibliográfica, geocartográfica e iconográfica para a realização das análises.

A pesquisa documental, onde o uso de documentos é caminho para o alcance das reflexões pretendidas, Silva, Almeida e Guindani (2009) salientam que é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas, e que também apresenta relevância destacável pelo tratamento analítico que se propõe a desenvolver a partir de documentos originais, que, muitas vezes, não expressam esclarecimentos em totalidade. Os autores destacam ainda a importância dos aspectos metodológicos nesse caminho:

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, utilizando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses [...]. (SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009, p.4)

Nesse sentido, a pesquisa se desenvolveu em duas grandes etapas, as quais se deram por meio de um conjunto de procedimentos realizados em gabinete, a saber: i) levantamentos de dados documentais, bibliográficos, geocartográficos e iconográficos. Dentre as bibliografias consultadas para subsidiar no aprofundamento e ampliação das discussões, duas obras foram bases no desenvolvimento da pesquisa, a saber: O livro, Marcos Cronológicos da Cidade Velha, de autoria de Daniel Pereira (2009); e o trabalho de tese de

Fernando Pires (2004) que traz como título “Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde: Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano (Séc. XV – Séc. XVIII)”; ii) sistematização e cruzamento dos diferentes dados com suas respectivas análises e discussões acerca dos fatos históricos-geográficos inerentes ao objeto de pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pires (2004; 2007) ao estudar a evolução estrutural da rede urbana da Cidade de Ribeira Grande, hoje Cidade Velha, por meio de suas bases cartográficas (plantas) em diferentes períodos, abre possibilidades para que se possam realizar análises da organização socioespacial do referido espaço urbano e seus agentes produtores.

O autor, portanto, define quatro momentos que julga serem representativos às mudanças ocorridas, a saber:

1º Momento - que corresponde ao início do povoamento na segunda metade do século XV (1460/62) até as três primeiras décadas seguintes, quando esse núcleo se consolida. Nesse período são identificadas duas zonas relacionadas às funções urbanísticas: a primeira é a grande zona comercial que se mescla com a portuária. E a segunda ainda incipiente, é a zona onde se concentra as funções do porto (almoxarifado) e a administração da capitania (futura Câmara municipal e a cadeia) e que fica situada nas adjacências da primeira.

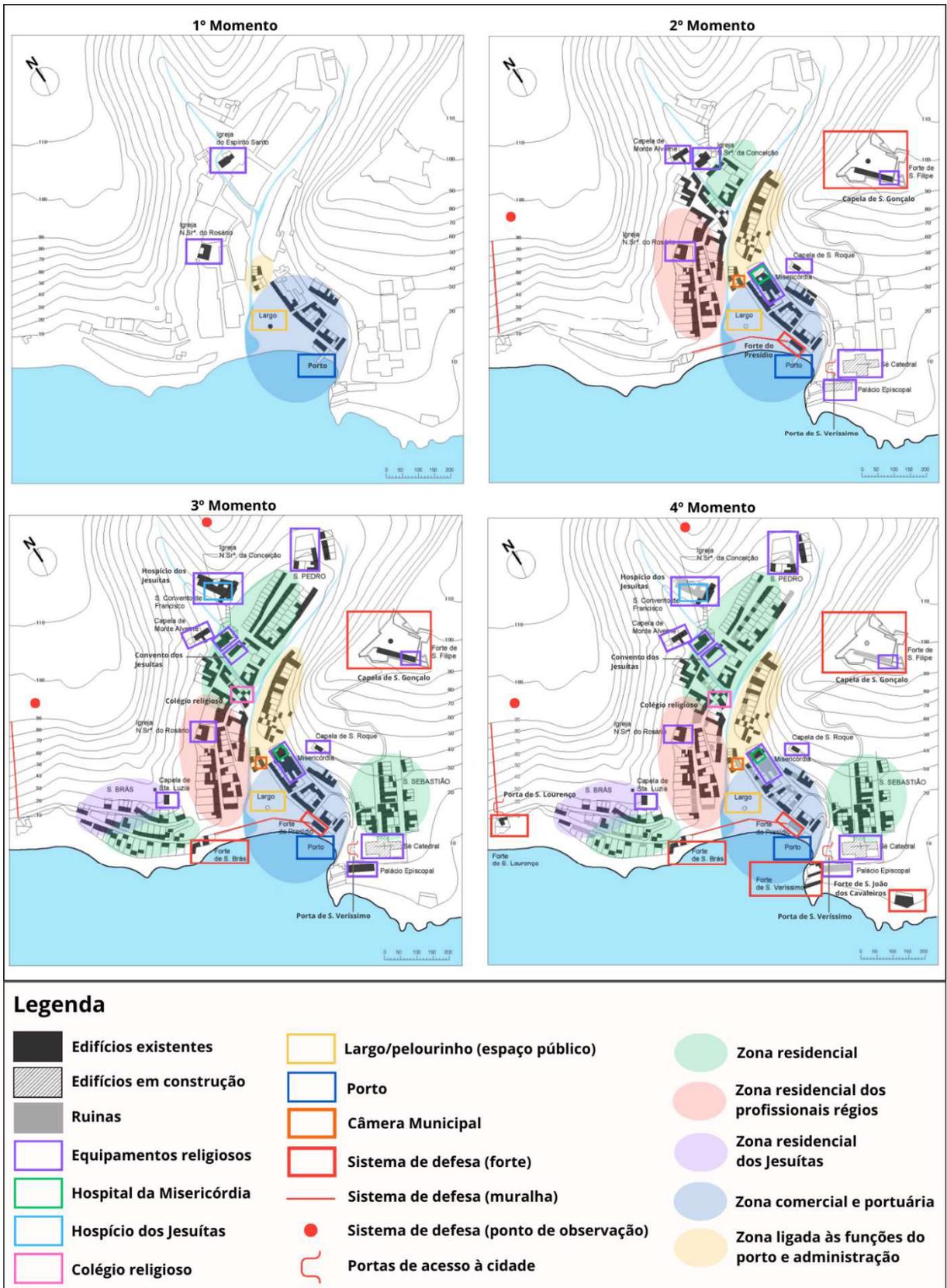
2º Momento - compreende a primeira metade do século XVI, fase que ocorre a ampliação do povoamento e de edifícios comerciais e habitacionais. Nesse período há o aumento de mais 3 (três) equipamentos religiosos e outros em fase de construção. Observa-se uma expansão da zona relacionada às funções do porto e administração, agora com a presença da Câmara Municipal. Surge também 2 (duas) novas zonas residenciais, “onde [uma] habitava a classe mais nobre da cidade e onde estavam localizadas as casas mais abastadas” (PIRES, 2004, p. 127. Grifo nosso). Essa classe nobre era composta pelos profissionais régios que se encontravam na cidade à serviço da Coroa. O território também já apresentava um sistema defensivo que no momento era composto por 2 (dois) fortes, com destaque para Fortaleza Real de São Filipe construído entre 1587 e 1593. De acordo com os documentos levantados, há também a presença de 2 (duas) muralhas de proteção da cidade, 1 (uma) porta de acesso a cidade e 1 (um) ponto de observação estratégico. Posteriormente, esse sistema iria passar por ampliações.

3º Momento - período que vai da segunda metade do século XVI à meados do século XVII e que consiste no de maior investimento e crescimento da cidade. Aqui, grandes

equipamentos religiosos foram construídos e junto a eles outros equipamentos urbanos, a saber: o convento e igreja de São Francisco e junto a esse complexo o hospício dos jesuítas, o palácio Episcopal, a igreja e o hospital da Misericórdia, o colégio religioso e o convento dos Jesuítas. São identificados um total 11 (onze) equipamentos religiosos e 1 (um) em fase de construção. Foi também o período que chega à Ribeira Grande a Missão dos Jesuítas. No que diz respeito às fortificações houve a construção do Forte de São Braz e de mais 1 (um) ponto de observação situado a oeste da Fortaleza Real de São Filipe.

4º Momento - compreendido pela segunda metade do século XVII ao século XVIII. Foi o período que Ribeira Grande sofreu mais ataques de corsários e piratas, havendo assim um investimento maior na construção de fortalezas. No total havia no território 7 (sete) fortes, sendo 1 (um) deles situado fora do perímetro urbano, o forte de Santo Antonio. Porém, com exceção à Fortaleza de São Filipe, “as outras fortalezas, todas elas de pequeno porte, quase não tiveram expressão na defesa da ilha. Tanto assim, que a cidade quase nunca conseguiu resistir aos ataques dos piratas” (PIRES, 2004, p. 184), resultando na ruína de muitos equipamentos urbanos. Esse foi também o período em que a cidade entra em declínio em detrimento das mudanças que estavam ocorrendo em meio às relações comerciais ultramarinas que, associadas com os frequentes ataques, desencadeou uma crise socioeconômica em Ribeira Grande que perduraram anos. Tal contexto culminou na ascensão da Vila de Praia à condição de Cidade Capital em 1769, muito embora, esse status só viesse a ser oficializado em 1858 (Mosaico 1).

Mosaico 1 – Evolução do núcleo urbano da Cidade de Ribeira Grande/ Cidade Velha com seus respectivos equipamentos e funções durante o século XV ao século XVIII.



Fonte: PIRES, 2004. Adaptado por SOUSA, 2023.

Vasconcelos (1997) ao pesquisar a respeito dos agentes modeladores das cidades coloniais brasileiras, que assim como Ribeira Grande era de domínio da Coroa Portuguesa, observa que há nesse período pelo menos cinco agentes preponderantes, sendo eles: A Igreja; as Ordens Leigas; o Estado; os Agentes Econômicos; a População e; os Movimentos Sociais.

Tais agentes vão deixando suas marcas no território, e quando há um grande número de equipamentos urbanos de um dado seguimento, nos possibilita a questionar a influência dos agentes que estão por trás da produção e funcionalidade desses equipamentos no espaço. Isso se explica quando se analisa as colônias, que ao se constituírem em territórios dependentes e dominados por forças e interesses exógenos a elas, seus agentes se mostram fortemente presentes para que assim possam garantir o controle e direcionamento das funções do referido território colonizado.

Assim sendo, verifica-se que o poder da Igreja, aqui representada pelas inúmeras edificações religiosas sobre o território, prepondera-se ao longo do período em análise como um importante agente de conformação da malha urbana se fazendo presente desde o 1º momento e que gradativamente vai se espalhando em áreas do entorno do núcleo urbano. Tal espacialização vai influenciar tanto na expansão da referida malha, uma vez que ocorre a construção de outros equipamentos urbanos ao seu entorno, como também irá se revelar como um agente delimitador do referido espaço urbano.

De acordo com Barcelos (2003 apud PEREIRA, 2009), a primeira capela da cidade teria sido a de Nossa Senhora da Conceição datada do período entre 1466 e 1477, por ordem do infante D. Fernando (primeiro donatário das ilhas).

Segundo Neiva (2010, p. 86. Grifo nosso.) havia em Ribeira Grande “cerca de 24 vestígios de igrejas, capelas e ermidas [pequena igreja fora do povoado]. Hoje, porém, só temos vestígios da igreja de Nossa Senhora do Rosário, do convento e igreja de S. Francisco, das ruínas da Sé e da igreja de S. Roque”.

Nesse primeiro momento de formação do núcleo, Pereira (2009) e Pires (2004; 2007) destacam a falta de indivíduos dispostos a povoarem a ilha de Santiago, visto não só a sua localização que ficava distante da metrópole (Portugal), como também das condições climáticas que muito diferenciava das condições em que estavam habituados. As capitânias posicionadas nas ilhas mais ao sul do arquipélago, dentre elas a de Ribeira Grande, apresentava um clima quente e seco o que se mostrava a princípio como um empecilho para a efetivação do povoamento, no entanto, a Igreja já se fazia presente nesse contexto incipiente de aglomeração. Isso denota a relação positiva do donatário (detentor do poder administrativo do território) com o poder eclesiástico.

Vasconcelos destaca que a Igreja como agente produtor de espaço nesse período colonial, também gozava de grande autonomia, e assim estabelecia sua própria hierarquia. Deste modo, havia o clero secular composto por bispos, arcebispos com suas respectivas instituições: Cabidos, os Tribunais Eclesiásticos, os Seminários etc. Esta alta cúpula da igreja eram os responsáveis por definir a localização dos equipamentos religiosos nos territórios. Seguido do clero regular, representado pelas diferentes ordens que viviam em meio a comunidade exercendo funções missionárias. “Constituíam verdadeiras elites religiosas, detentores de posses como dinheiro, terras, casas, fazendas, engenhos, gado e escravos” (VASCONCELOS, 1997, p. 251).

Um marco importante que revela o poder da Igreja sobre o referido espaço urbano foi quando o papa Clemente VII através da Bula *Pro Excelenti Praeeminentia Sedis Apostolicae* (Pela Excelente Eminência da Sé Apostólica) cria em 1533 a segunda diocese em territórios do então ultramar, a Diocese de Santiago de Cabo Verde com sede em Ribeira Grande. Nessa mesma ocasião, Ribeira Grande até então vila, é elevada à categoria de cidade, muito embora, já desempenhasse funções inerentes a essa categoria antes mesmo de ser reconhecida como tal (PEREIRA, 2009).

A primeira diocese criada em territórios coloniais foi na cidade de Funchal em 1514 (na ilha da Madeira). Tais ações refletem um movimento por parte da Igreja Católica em expandir e fortalecer a fé nesses novos territórios. Nos anos seguintes, essas ações se expandiram para outras colônias portuguesas, como a criação da diocese de Angra (na ilha Terceira) e de São Tomé, ambas em 1534, e a de São Salvador da Baía, no Brasil em 1551 (PEREIRA, 2009).

De acordo com Barcelos (2003, apud PEREIRA, 2009), essa elevação de status traz consigo mudanças que delinearão os novos rumos da recém cidade de Ribeira Grande, a começar pela criação de inúmeros serviços que passariam a ser prestados no referido território.

Em sequência a esse contexto do segundo quartel do século XVI, a cidade se tornou cerne dos interesses da coroa, e passou a contar com várias autoridades nomeadas por D. João III para desenvolver serviços até então inexistente em Ribeira Grande, a saber: Juiz dos órfãos; provedor dos defuntos; escrivão dos órfãos; tabelião; tesoureiro dos defuntos; contador dos resíduos, escrivão da provedoria dos defuntos, recebedor dos direitos reais, meirinho (oficial de justiça), manposteiro-mór dos cativos (espécie de procurador de justiça da época), alcaide-mór (representante do rei) e procurador do número. Foi também criado a alfândega e junto a ela o cargo do escrivão e guarda. Antes, Ribeira Grande contava apenas

com contadores, corregedores, almoxarifes e feitores como autoridades para defender os interesses da coroa no território ainda no século XV, quando se observa os seus primeiros movimentos de interesse para com os rumos que o referido território estava alçando (BARCELOS, 2003 apud PEREIRA, 2009; PIRES, 2004; 2007).

A esse respeito, os autores Santos e Cabral, (2012) ressaltam que a influência da igreja como um agente de intervenção no contexto das cidades coloniais, foi responsável por desencadear em muitas delas uma noção de centralidade, justamente pelo fato de atribuírem a essas colônias novos serviços administrativos e acima de tudo relações socioeconômicas voltadas para a exportação mercantilista, como foi o caso de Ribeira Grande, que ao ser “instituída em centro administrativo e eclesiástico, [...] interveio, durante quase dois séculos, nos grandes circuitos comerciais atlânticos que ligavam a Europa, a África e a América” (SANTOS; CABRAL, 2012, p. 3).

Em 1513, segundo Cabral (1995 apud PIRES, 2004, p. 37), Ribeira Grande contava com cerca de 114 vizinhos,

termo utilizado para todos os comerciantes que aí se estabeleceram com as suas mulheres e aí adquiriram bens. Na contagem dos vizinhos não se incluíam nem os escravos nem outros moradores que eventualmente estivessem de passagem ou não tivessem adquirido por algum motivo o estatuto de vizinho.

Ribeiro (1938, apud NEIVA, 2010), aponta para o mesmo ano, um total de 162 habitantes, entretanto, ele não faz distinção entre quem possuía bens ou não. Nessa contagem apenas os escravos eram desconsiderados. O autor também sinaliza a presença de 12 padres, número um tanto elevado para o período que ainda não tinha sido criado a diocese, contudo, é justificado pela quantidade de igrejas já construídas no 2º momento da evolução da cidade em que compreende esse período em análise. Para esse período são identificados a existência de 5 (cinco) equipamentos religiosos e mais 3 (três) em fase de construção.

Com a intensificação do comércio de escravos e da criação da sede do bispado, em 1555, já havia na cidade cerca de 500 vizinhos. O bispo que residia em Ribeira Grande desde 1533, e que expandia o seu bispado até a costa adjacente da Guiné, teve um papel de forte influência nesse processo de expansão da cidade (PIRES, 2004; 2007).

Todavia, foi a partir do terceiro quartel do século XVI que se nota um forte investimento na infraestrutura do espaço urbano da cidade por parte do Estado (PIRES, 2004; 2007). Porém, à medida que a cidade foi ganhando notoriedade no âmbito das relações comerciais e do expansionismo de territórios, tornou-se também alvo de piratas e corsários, vindo a ser constantemente saqueada. Tais condições geravam intervenções no território, a

partir de medidas vindas de Portugal, como mostra o relato de Jorge Valera (1542 apud PEREIRA, 2009, p. 79) ao rei D. João III.

Esta cidade e o porto dela está sem ter nenhuma resistência, [...]. Dou lembrança a Vossa Alteza para que nisso mande prover como seja serviço de Deus e seu e bem do povo, porque os dias que as naus aqui pareceram se virou esta cidade e portos desta ilha, e as pessoas desamparavam a terra por não verem cousa de defensão nem reparo; o porto desta cidade tem necessidade de ter artilharia e munição para que tanto que nova houver, se aparelhem navios e os não deixe chegar ao porto [...].

A Coroa Portuguesa, era a responsável por dar apoio e regular as atividades econômicas, manter a sustentação do clero, realizar construção de obras defensivas, estabelecerem cobranças e ou isenção de impostos. Grande parte dessas intervenções ocorria por meio de ordens régias, as quais eram confiadas diretamente aos representantes oficiais da Coroa em cada colônia (VASCONCELOS, 1997).

A presença da intervenção do Estado - Coroa Portuguesa- que sendo o agente responsável por manter a segurança da colônia, é percebida de forma concreta através de equipamentos urbanos no território onde se ergue já no 2º momento e em pontos estratégicos, um sistema de defesa configurado pelas fortificações, ponto de observação e muralhas e que irá se intensificar no 3º momento, quando “começaram a ser lançada a maior parte das grandes obras da cidade, dotando-a de meios defensivos modernos e criando uma série de infraestrutura que condiziam com a posição de destaque que a Ribeira Grande gozava” (PIRES, 2007, p. 42).

Abreu (1997) esclarece que

Os controles exercidos pelo Estado português também se faziam sentir nas outras dimensões da vida urbana. [...] Materializaram-se, por exemplo, na intervenção direta que os ouvidores da Coroa faziam sobre os assuntos locais em suas correições (auditorias) anuais, exigindo a adoção de posturas urbanísticas [...]. (ABREU, 1997, p. 34-35)

Em Cabo Verde,

ao longo dos séculos, o Estado português impôs as estruturas de poder e as formas de gerir, organizar, educar a população caboverdiana. Impôs o modelo de gestão pública, patrimonialista, patriarcalista, com apadrinhamento, assistencialismo, fisiologismo, subordinação aos mandrins da metrópole, tudo isto reproduzido nas camadas de funcionários públicos que administravam as ilhas caboverdianas (SAMPAIO, 2012. P. 222).

Os primeiros sinais dessa intervenção mais direta do Estado para com a dinâmica interna das relações socioespaciais em Ribeira Grande remontam dos desdobramentos

ocorridos após a Carta Régia de 1466. No entanto, para compreender as mudanças advindas dessa normatização, se faz necessário retornar ao contexto experienciado no início do povoamento da capitania.

De acordo com Pires (2004; 2007) e Pereira (2009), desde que as ilhas orientais do arquipélago de Cabo Verde foram achadas pelo navegador genovês António de Noli em 1460 e a ele doada a Capitania da Ribeira Grande pelo então infante D. Fernando como recompensa em 1462, que a mesma vinha enfrentando dificuldade para ser povoada, dada as razões já mencionadas nessa pesquisa.

Diante desse contexto, D. Fernando em 1466, após 4 (quatro) anos de tentativa de povoar a capitania, informa ao rei D. Afonso V sobre as dificuldades enfrentadas, fazendo necessário introduzir alterações no modelo de ocupação bem como das relações sócio-espaciais até então pré-estabelecidos e sem sucesso. Até porque, as condições ambientais não permitiam uma ocupação camponesa e senhorial como era o sistema vigente nos campos produtivos de Portugal, o que exigia grandes despesas de recursos, e só com a “liberdades e franquezas” que seria possível superar tal impasse (PIRES, 2004; 2007; PEREIRA, 2009).

O termo “liberdades e franquezas” mencionadas pelo donatário ao rei se referiam à concessão de liberdade para que os colonos pudessem estabelecer relações comerciais com os comerciantes da costa africana. “Esse aspecto era importante, porque a prática do comércio com os africanos era juridicamente vedada aos vassalos e só era permitida a alguns, através de autorização régia especial”. (PIRES, 2007, p. 28).

Assim, em 12 de junho de 1466, com o reconhecimento dessas dificuldades por parte do rei, é outorgada uma Carta Régia, que concedia aos povoadores da ilha de Santiago estabelecer essas relações comerciais. Então, o que antes o ato de povoar a ilha era desencorajado pelas condições climáticas e posição geográfica, as quais se configuravam nos principais empecilhos, agora, com a liberdade comercial concedida para quem ousasse nela se estabelecer, povoá-la passa então a ser o principal atrativo de emigrantes que desejavam usufruir dessas concessões comerciais. A partir de então, a capitania de Ribeira Grande começa a prosperar (PEREIRA, 2009).

Conforme Sampaio (2012, p. 221),

Nesta nova realidade, as ilhas caboverdianas passam a receber outras formas de vida, inclusive a humana. Esta traz consigo sementes, animais, aves, árvores e estas ilhas começam a produzir outra natureza e paisagem, construídas de elementos concretos e imateriais. A natureza humana ali chegada é comandada por processos externos produzidos nas entranhas e reentrâncias européias carregadas, impregnadas de ideologias, de moral, condutas éticas afeitas àquele espaço e que, por serem

assim, tentam introduzir nas ilhas as forças culturais, econômicas e políticas consolidadas ideologicamente nas mentes dos colonizadores.

Essa Carta Régia que em sua essência é a primeira intervenção direta da Coroa Portuguesa na ilha de Santiago, foi a responsável por colocar Ribeira Grande no centro das rotas das navegações ultramarinas, uma vez que, com a presença crescente de comerciantes no território (aqui, considerado como um dos importantes agentes, juntamente com o Estado e a Igreja, para a conformação do território em análise), os mesmos passam a enxergar a potencialidade que havia em torno da localização geo-estratégica da então Cidade de Ribeira Grande, e que até o momento era concebido como fator negativo, pois a mesma não passava de colônia em ponto longínquo.

Com essa mudança de percepção advinda desses novos agentes para o território, bem como, do desenvolvimento dessas relações com a costa africana que se mostravam cada vez mais próspera, resultaram no redirecionamento do interesse da Coroa Portuguesa para com esse recém espaço que se revelava juntamente com seus novos colonos comerciantes (aqui compreendidos como agentes comerciais), em uma área de grande potencial para a obtenção de lucros e fortalecimento do seu domínio dentro das rotas comerciais e marítimas emergentes da época.

Todavia, com base na historiografia portuguesa a respeito da “política do sigilo” Pires (2011) coloca que, os portugueses já tinham ciência desde cedo da importância geoestratégica em que se encontrava o arquipélago de Cabo Verde. Antes mesmo das referidas ilhas, em especial a de Santiago, fazer parte das relações comerciais ultramarinas.

Portanto, se por um a lado a Coroa concede a abertura das relações comerciais e ainda a isenção do pagamento da dízima dos produtos e direitos comerciais, por outro, ela passa a interferir diretamente no território, conferindo novos poderes através da presença de alguns funcionários como os almoxarifes e contadores, e assim limitando o poder e a autoridade do donatário a apenas a administração judicial do terreno. Fato este que não era muito comum em outras colônias portuguesas. (PIRES, 2004; 2007). O que mostra a presença direta do poder do estado desde o início efetivo do povoamento não só da capitania de Ribeira Grande como de toda a ilha de Santiago.

Com relação ao grau de importância da referida Carta Régia para o território caboverdiano, os autores esclarecem que a mesma, embora não tivesse o poder de uma carta foral (carta que tinha o poder de organizar o território) e nem de carta capitania (documento que dava ao pequeno grupo social condição para que pudessem se erguer), no entanto, “pode ser considerada a ‘verdadeira carta orgânica da ilha de Santiago’ pois, foi através da

organização social e econômica por ela instituída que se possibilitou a eclosão da vida urbana no arquipélago.” (BRÁSIO, 1966 apud PIRES, 2007, p. 29).

Nesse primeiro momento de ocupação, observa-se que a principal função da cidade, foi de entreposto das relações comerciais do sistema mercantilista vigente, bem como, de um lugar de aporte para as navegações de longa duração entre os três continentes: África, Europa e o novo mundo, as Américas.

Os desdobramentos ocorridos a partir das concessões da Carta Régia de 1466, “contribuíram para o estabelecimento de uma corrente migratória em direção à ilha e, conseqüentemente, para o seu povoamento” (PIRES, 2007, p. 30), no entanto, a intenção pensada a princípio pela Coroa, que seria a dos povoadores adentrarem a ilha e expandir os espaços ocupados não se efetivou, haja vista que “a fixação em Santiago acabou por resultar da lógica da implantação de um espaço mercantil [...] em que se criou uma sociedade [também] mercantil, essencialmente formada por marinheiro, comerciantes e mercadores” (PIRES, 2007, p. 30. Grifo nosso).

O autor ainda coloca que essas populações dadas as suas funções e atuações no território, são concebidas como agentes econômicos, pois, “viviam do comércio e das atividades portuárias, [e que] dispunham de uma grande mobilidade dentro do espaço que se ia criando no Atlântico, e o tipo de povoamento por eles efetuado, só poderia ser do tipo litoral e portuário” (PIRES, 2007, p. 30).

Nesse contexto, Ribeira Grande ia se configurando como um núcleo urbano que dava suporte para as relações exógenas ao seu próprio território, visto que vinha se firmando em um importante ponto de apoio ao fortalecimento e expansão das rotas comerciais marítimas entre os continentes, ficando em segundo plano, o desenvolvimento e ampliação de seu próprio território.

Ainda dentro dessa conjuntura do terceiro quartel do século XV e início das primeiras populações residentes ao espaço urbano incipiente, que se configuravam majoritariamente no papel dos comerciantes como principal ator social de povoamento, e que, ao desempenhar atividades de trocas de produtos manufaturas, teve o porto como um dos principais equipamentos urbanos, este que por sua vez, era a infraestrutura basilar para o desenvolvimento econômico da cidade. Ou seja, o povoamento até então ficara restrito a zona de influência do porto, como observado (mosaico 1) no 1º momento de espacialização e conformação da malha urbana, “onde se foi edificando uma aglomeração de casas mais ou menos bem construídas” (PEREIRA, 2009, p. 64), sendo contatadas cerca de 200 (duzentas) casas só de portugueses mercadores por volta de 1621.

Nesse contexto, as atividades comerciais juntamente com os atores envolvidos nesse processo (proprietários rurais, comerciantes, pescadores, financistas, artesãos), constituem o que Vasconcelos (1997) vem chamar de agentes econômicos. A esse respeito, se observa que esses agentes se apresentam no território urbano de Ribeira Grande desde o primeiro momento, os quais estão expressos por meio a zona comercial e portuária.

Além desses agentes, Vasconcelos (1997) pontua a população com suas diferentes classes sociais e origens étnicas como também agentes modeladores do espaço, haja vista que tal heterogeneidade conferia ao espaço urbano uma diversificação de funções e serviços prestados, ao passo que também se materializavam as segregações socioespaciais.

Esse tipo de agente também é observado nesse primeiro momento e tende a se potencializar no período da segunda corrente emigratória de ocupação, quando vem para a cidade um contingente maior de pessoas com diferentes classes e grupos sociais.

O autor ressalta que são em contextos como este, as insatisfações populares tendem a emergirem e acabam dando espaço para os movimentos sociais, os quais são aqui considerados como outro tipo de agente. Na situação de Ribeira Grande, era um ambiente muito propício para isso, haja vista que muitos dos emigrantes vieram de forma forçada para trabalharem na condição de escravos.

Ainda no que diz respeito a produção do espaço que se configurava nesse primeiro momento de povoação, Cabral (1995, apud PIRES, 2004) também vem sinalizar a importância do Largo como um espaço coletivo e de múltiplas funções. Suas análises reforçam que foi na área de seu entorno, cuja, se configura em uma zona que se estruturou a partir do porto, onde se instalaram o primeiro povoado, sendo essa zona, portanto, considerado a gênese do espaço urbano. Nesse espaço foram erguidas as casas de sobrados em que o térreo era dedicado ao comércio (armazéns) e o piso superior a habitação do proprietário. Também nessas edificações funcionavam os bordéis e albergues da cidade.

A câmara (onde também funcionava a cadeia e o almoxarifado), outro equipamento urbano de grande importância também foi instalado nesse setor em 1497, antes mesmo de Ribeira Grande ser considerada uma vila, esta que só teve esse título em 1513 (CABRAL, 1995 apud PIRES, 2004).

De acordo com Vasconcelos (1997, p. 259-260), câmaras municipais eram um dos equipamentos governamentais de grande importância, pois tinham “um papel bastante destacado no controle das atividades urbanas: decidiam sobre impostos, taxas, controle de preços, limpeza das ruas, destino do lixo, sobre animais nas ruas, sobre o comportamento de escravos”.

Em frente e no centro do largo foi construída por volta de 1512 uma coluna de pedra popularmente chamada de pelourinho, onde os municípios exerciam a sua justiça. Era, portanto, nesse espaço público, onde ocorria a punição e venda de escravos. Os pelourinhos simbolizavam “o distintivo da jurisdição de um conselho e da sua autonomia municipal”. (PEREIRA, 2009, p. 72).

Foi apenas com a Carta Régia de 1472, esta que por sua vez limitava parte dos privilégios concedidos pela Carta Régia de 1466, que esse movimento de povoamento e interiorização da ilha de Santiago começou de fato a se concretizar.

Conforme Brásio (1958 apud PEREIRA 2009, p. 64) a outorga dessa Carta Régia se deu em,

“face à indisciplina comercial, ultrapassando os moradores da Ribeira Grande as prerrogativas que lhe tinham sido conferidas, através da Carta de 1466, são limitadas e restringidas essas mesmas regalias, por Carta Régia desta data, ordenando-se que se não faça comércio na Costa posteriormente descoberta, assim como na região de Arguim conforme [havia sido] estipulado”

Com a outorga da Carta Regia de 1472, os habitantes de Santiago foram limitados a “comerciar só com produtos originários e manufaturados na ilha, [assim sendo], o rei promovia o seu povoamento efetivo, na medida em que instituía um novo elemento o – produtor”, (SILVA, 1995 apud PIRES, 2007, p. 31. Grifo nosso) o que viria a condicionar no favorecimento de atividades econômicas voltadas para a exploração dos recursos naturais da ilha, a exemplo as atividades agropecuárias.

Diante do exposto, surge uma segunda corrente migratória e que viria a ditar os novos rumos de povoamento não só da cidade ilha de Santiago como de outras ilhas do arquipélago de Cabo Verde. É importante destacar que o movimento que surgira, era composto em sua grande maioria pela emigração forçada de africanos escravizados, os quais eram direcionados a trabalhar nas áreas rurais da ilha, porém, a grande massa era tida como mercadoria que alimentava o comércio do tráfico negro. Será nesse momento, que o agente ‘diversidade populacional’ vai se mostrar com mais força dentro do processo de produção do espaço e organização sócio-territorial do mesmo.

Sampaio (2012, p. 221-222) ao analisar as organizações sociais de Cabo Verde pontua que o caboverdiano foi resultado dessa miscigenação forçada a princípio entre os portugueses (colonizadores) e povos africanos escravizados que chagavam forçados na condição de “mercadoria, força de trabalho para ser comercializada, vendida e explorada pelos donatários das ilhas”.

A respeito desse novo momento de povoamento que ganhou força no final do século XV e perdurou pelos dois séculos seguintes, Jesus (2010, p. 10) enfatiza que “não houve apenas escravos, houve também negros livres, [...] que acompanhavam espontaneamente os comerciantes, mercenários e capitães de navios; muitos deles falavam a língua portuguesa e alguns vinham a Santiago para serem cristianizados” haja vista a presença da sede do bispado em 1533.

Entretanto, a presença dos primeiros negros a chegarem na condição de escravos são datados do ano de 1466 (RIBEIRO, 1938 apud NEIVA, 2010). Eram povos oriundos sobretudo da região da Alta da Guiné (trecho da costa africana localizado entre os rios Senegal e Serra Leoa), mais especificamente os grupos étnicos denominados de: mandingas, balantos, fulos, jalopas, bilagós, felupes, pepeis, quissis, bambari, bololas, manjacas e portugueses (SAMPAIO, 2012).

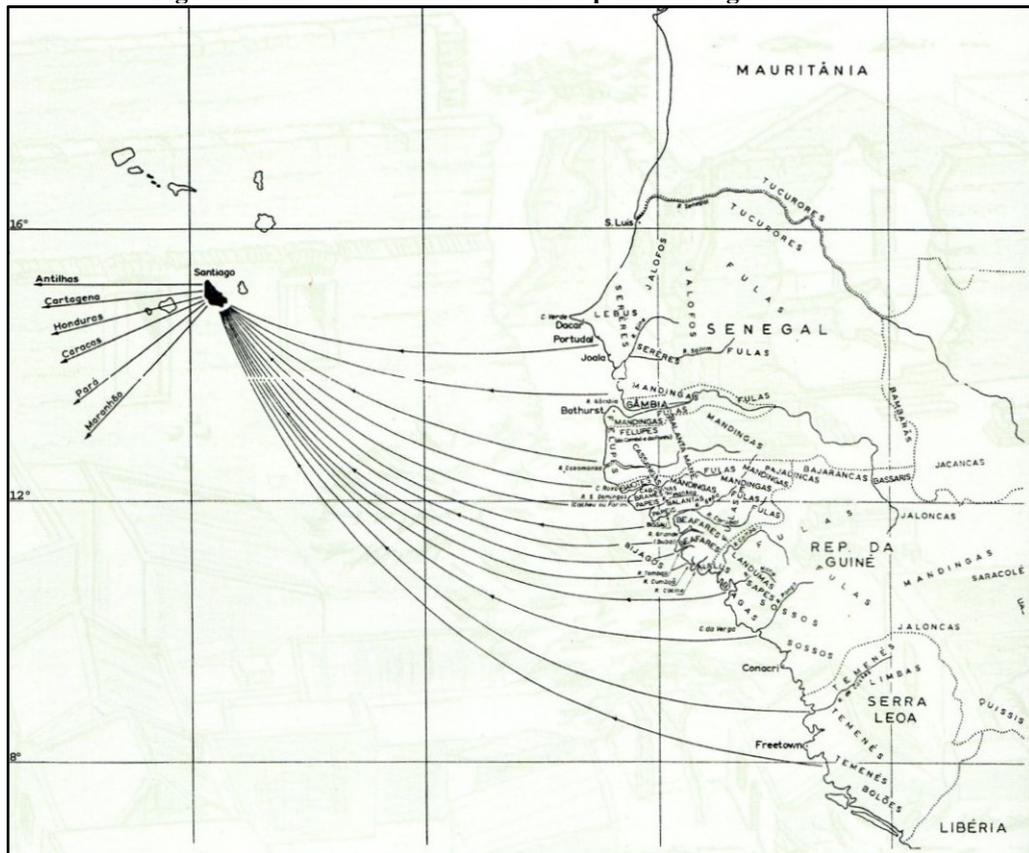
Por ser um espaço pobre e a população européia não desejar, livremente, ir para aí, com o fito de ultrapassar o problema da falta de mão-de-obra para os trabalhos a empreender, recorreu-se à escravatura, transportando-se negros do Continente africano, a partir de 1466, quatro anos depois de iniciado o povoamento por europeus (italianos e portugueses) que, até aí, se mantivera tênue. (PEREIRA, 2011, p. 25).

Em 1513, a cidade de Ribeira Grande já contava com 162 habitantes, deste, 53 eram brancos, 15 negros livres e 12 padres. Nessa contagem não são considerados os escravos, entretanto, se acredita que havia no território um número bem elevado, visto que em 1549 a população de Ribeira Grande em conjunta com a da Praia Negra (lugar situado onde hoje fica a cidade de Praia) somava 15.707 habitantes. (RIBEIRO, 1938 apud NEIVA, 2010).

Nesse contexto, a influência de Ribeira Grande já firmada dentro das rotas comerciais só se fortalecia com a intensificação do comércio escravocrata, cujo usava o porto de Ribeira Grande como um entreposto escravista.

Em um primeiro momento, o porto da cidade serviu de apoio para o comércio de escravos vindo do Alto da Guiné com destino à Portugal e ilhas da Macronésia. Já em um segundo momento, as rotas comerciais tinham com destino às novas colônias implantadas no então ‘descoberto’ mundo novo chamado América (PEREIRA, 2011).

Figura 2 – Rota do tráfico de escravos para Santiago e Américas.



Fonte: CORREIA (2000 apud PEREIRA, 2004).

Apesar do desenvolvimento das atividades agropecuárias começarem a se estabelecer na ilha, constituindo o que Ribeiro (1962 apud PEREIRA, 2004) chamou de “estação de experimentação de plantas, homens e animais” e do que Neiva (2010, p. 84) também denominaria de “laboratório de experimentação de novas espécies, de relações sociais, de expressões culturais que se projetariam no Novo Mundo”, Cabo Verde, por estar no centro triangular das rotas marítimas dos três continentes “viria desempenhar um papel importante no tráfico de escravos que durante vários anos se tornou numa das mercadorias mais importante da sua economia” (JESUS, 2010, p. 13).

As rotas partiam desde a costa de Serra Leoa até Senegal com destino a ilha de Santiago. De lá, os escravos eram distribuídos para os mercados escravocratas das Américas, tendo como destino de importantes rotas as colônias de Antilhas, Cartagena, Honduras e Caracas na América Central; e as capitânicas do Pará e do Maranhão pertencentes a colônia Brasil na América do Sul.

Foi graças a esse intenso comércio, que espécies de plantas, animais e produtos alimentícios puderam ser circuladas entre os três continentes, bem como, os costumes e valores culturais levados por esses escravos e que em seguida, viriam a constituir não só a

essência do povo caboverdiano que, através dos hábitos com os portugueses cria a cultura crioula (SAMPAIO, 2012), como parte da cultura hoje existente nos demais territórios que foram colonizados nesses continentes. A título de exemplo, tem-se a cultura brasileira que através dessas relações foi sendo construída, moldada, enriquecida e também diversificada ao longo do tempo e espaço.

No setor dos produtos agropecuários, Pereira (2011, p. 18), pontua que o território caboverdiano era

“desguarnecida de qualquer espécie vegetal utilizável para a alimentação, houve então que introduzir, de imediato, as espécies agrícolas necessárias à subsistência e, posteriormente, introduziram-se outras espécies originárias dos três continentes, que os portugueses passariam a frequentar”.

Segundo Neiva (2010) e Pereira (2011), os europeus introduziram no território caboverdiano a farinha de trigo, as laranjas, os figos, a vinha. Trouxeram também a cultura da cana-de-açúcar que mais tarde iria ser levada ao Brasil e viria a se tornar a base da economia colonial. Nesse mesmo contexto, também veio o ‘negro de Cabo-Verde’ que dominava a técnica da aguardente e que se fizeram presentes na Capitania de Ilhéus e em Salvador da Baía. As primeiras vacas, cavalos, ovelhas e cabras que também chegaram ao Brasil vieram a partir de Cabo Verde assim como as formas de manejos dos mesmos. Do Brasil, foram levadas para a ilha, algumas espécies de plantas, feijões, o milho maiz, abóbora e mandioca, produtos este que depois foram introduzidos para a Europa e Continente Africano. Da África, vieram o inhame, o feijão africano e o milho, que posteriormente seriam levados para a América. O arroz foi outro alimento que chegou ao arquipélago através do continente africano e em seguida levado para o Brasil. O mesmo ocorreu com o coco-da-índia que primeiro foi submetido ao processo de aclimação em Cabo-Verde para só depois ser introduzido no Brasil.

Pereira (2011, p. 28) também destaca que “com o descobrimento do Brasil, vai-se, então, estabelecer entre os dois territórios uma intensa troca, abrangendo diversas áreas, tanto de plantas como de animais e, igualmente, no seu aspecto humano”. Assim sendo, observa-se que as relações comerciais entre Cabo Verde e Brasil, eram muito importantes para o desenvolvimento econômico em ambos os territórios.

Observa-se também a dependência econômica que existia entre Cabo Verde e as relações comerciais externas, aspecto este que colocou Ribeira Grande em um pedestal de grande valor geoestratégico de tais relações, consagrando a área do arquipélago como a placa

giratória dos três continentes em meio às relações comerciais e de expansão dos territórios europeus.

Essa exclusividade associada com a dependência econômica foram os responsáveis tanto pela façanha de povoar a ilha, de modo mais eficaz a capitania de Ribeira Grande, tornando-a próspera e indispensável dentro do circuito das relações ultramarinas até o momento, como também foi a principal causa que lhe conduziu ao processo de decadência em meados do século XVII. Processo esse que não só afetou a cidade de Ribeira Grande como todo território caboverdiano, à medida que sua principal base econômica estava intimamente ligada à essas atividades comerciais.

A esse respeito, Pereira (2011, p. 25) esclarece que,

De fato, a economia de Cabo Verde esteve, durante todo esse tempo, cerca de quatro séculos, indissociável do comércio de escravos, que suportava os senhores locais e as finanças do arquipélago, em particular no período áureo desse comércio para Cabo Verde, que vai até meados do século XVII, perdendo paulatinamente a força e importância dessa época em diante.

Os primeiros sinais desse declínio já se anunciaram em 1615, quando o padre Sebastião Gomes da Companhia de Jesus, alerta o rei D. Felipe II sobre os despachos de mercadorias que não estavam sendo feitos pelas Alfândegas de Ribeira Grande, mas direto nos rios de Guiné:

Vejo esta terra tão acabada e posta em tanto aperto que me pareceu não fazia o que devia se deixasse de fazer esta advertência. Até agora estávamos esperando socorro de Vossa Majestade para que esta ilha se não acabasse de todo, mandando não houvesse despacho de negros em Guiné, senão nesta, assim por se acudir a tanto desamparo como pela muita perda que a fazenda de Vossa Majestade recebe nos despachos de Guiné, por não haver nau que deixe de levar furtados 200 e trezentos negros aos direitos... (BRÁSIO 1968 apud PEREIRA, 2009, p. 122).

Essa mudança gerou forte preocupação as autoridades de Ribeira Grande, visto que estava impactando diretamente na arrecadação dos lucros, gerando assim grandes prejuízos. Nesse contexto, os principais afetados foram os funcionários régios (a serviço da corte), que retiravam a partir desses lucros os seus sustentos bem como as despesas dos demais burocratas de serviços e o pagamento das autoridades eclesiásticas. Tal crise socioeconômica viria a se tornar cada vez mais recorrentes. (BRÁSIO, 1968, apud, PEREIRA, 2009).

Associada a isso, a cidade de Ribeira Grande como outros aglomerados presentes na ilha de Santiago como a Vila de Praia, por exemplo, também enfrentaria uma série de

ataques por parte de corsários. E Ribeira Grande mesmo com um elevado número de fortificações (se considerar o tamanho do núcleo urbano em si), tinha sobre o seu território urbanos um total de 6 (seis) fortes e mais 1 (um) fora do povoado. Todavia, não foram suficientes para garantir a proteção do território.

Cartas enviadas ao longo do século XVII a Coroa Portuguesa, descrevem a precariedade das fortificações, que com as crises das atividades comerciais associadas com períodos de secas que assolavam a ilha a situação só se agravava na cidade ocasionando um movimento gradativo de abandono dos centros urbanos para o interior da ilha por parte de seus moradores (PEREIRA, 2004).

Em 1619, ao rei Filipe II, o então governador, D. Francisco de Moura relata a situação de defesa de Ribeira Grande:

A fortaleza está muito arruinada, por ser como tenho avisado, de pedra e barro; com cal que trouxe lhe reformei um lanço de muro da banda do mar e se reparará o que mais se puder ser. Tenho mandado fazer na ilha fornos de cal e junta muita pedra para continuar a obra e a da fortificação que Vossa majestade me manda, o que se há de fazer é muito e os gastos diferentes que os de lá por carestia das cousas e falta delas; os mil cruzados de que Vossa Majestade fez mercê é pouco [...] Pólvora e munição são necessárias, como tenho avisado [...] Na ilha há poucas armas de fogo e as que há são dos armazéns; algumas delas estão repartidas pelos soldados [...] A gente da terra é pobre e servem todo o ano nas vigias que lhe cabem cada mês a cada companhia. É necessário armá-los. [...] Tenho pedido a Vossa Majestade o bronze que desta Ilha foi em companhia do governador [...], porque a artilharia que há é pouca. [...] deve Vossa majestade mandar prover esta Praça com brevidade por as ocasiões do tempo.” (BRÁSIO 1968 apud PEREIRA, 2009, p. 124- 126)

E nos anos que se sucedem a situação em Ribeira Grande se agrava ainda mais, o que sinaliza a ineficiência das ações por parte da Coroa para com os problemas que se apresentavam na cidade.

A comunicação entre os moradores de Ribeira Grande para com o rei de Portugal se dava por meio de cartas, entretanto, os documentos não fazem alusão de que houve melhorias visto que os relatos se resumiam na: corrupção por parte dos governantes da Ilha; a falta de armas e munições; estado de pobreza da população; empecilho dos moradores em negociar com os rios de Guiné; que houvesse governadores posto pelo próprio Rei, visto que o que a câmara de Ribeira Grande deliberava, faziam uso dos lucros dos comércios para si; que houve aumento nos homicídios entre outros problemas sociais, econômico e políticos (PEREIRA, 2009).

Ribeira Grande no contexto das relações comerciais e de expansão de territórios ultramarinos perde a sua centralidade de entreposto de escravos, quando se constrói o Forte de

Cacheu na costa da Guiné em 1588, gerando impacto direto na quantidade de embarcações que chegavam até o porto da cidade, haja vista que as embarcações já saíam de lá com as mercadorias e com todos os tributos pagos, logo, deixando a rota para Ribeira Grande fora dessas comercializações. Em 1614, a coroa decide pela instalação do capitão na fortaleza de Cacheu, oficializando um trato direto com a região da Guiné, fato este que representou um revés socioeconômico em Ribeira Grande (PEREIRA, 2004).

Ribeira Grande sempre teve o que os historiadores denominaram de “centralidade relativa” uma vez que

Como capital das ilhas e dos Rios da Guiné, sempre viveu num equilíbrio precário, em que o pulsar da sua economia esteve fortemente dependente da sua capacidade de relacionamento com outros espaços, e da “posição” que a sua “centralidade” lhe colocava. Esta “centralidade relativa” foi, como é óbvio, sempre cobiçada e contestada pelos oponentes e, ao mesmo tempo, fortemente defendida pelos moradores da Ribeira Grande (PEREIRA, 2004. p. 64)

Associado a isto, houve também o aumento dos ataques de corsos no território, como já mencionado, como também na região de alto mar que contemplava as rotas comerciais do arquipélago, visto que era uma das rotas mais movimentadas e também estratégicas até o dado momento. Os corsos, portanto, tinham o poder de afugentar as navegações, e estas para não correr o risco de eventuais ataques evitavam passar pelo porto de Ribeira Grande (PEREIRA, 2011).

Nesse período também estava ocorrendo muitas descobertas científicas dentre as quais se destacam a evolução das técnicas de navegação, onde, cada vez mais as embarcações se tornavam mais eficientes e rápidas ao ponto de conseguirem fazerem longos trajetos de forma direta sem a necessidade de contar com um entreposto durante o percurso (JESUS, 2010).

Além do que, mais nações para além das duas pioneiras (Portugal e Espanha) também e colocavam como concorrentes nas comercializações ultramarinas e na corrida de expansionismos de seus territórios como a Inglaterra, França e Holanda. Alinhadas com os avanços das técnicas náuticas e também da astronomia, se aventuravam em expandir suas fronteiras por outras rotas marítimas para além das rotas tradicionais no Atlântico. Esse movimento de descobertas e avanços nos mais diferentes âmbitos (social, científico, econômico e político) refletia o que inúmeras sociedades já estavam experienciando.

Então, o que se observa nesse momento é a perda gradativamente da função e centralidade e conseqüentemente da importância geoestratégica que a cidade de Ribeira Grande detinha e que exercera por séculos dentro do espaço mercantilista e expansionista.

Em meados do século XVII, mais precisamente em 6 de fevereiro de 1652, um Alvará Régio determina que,

na Vila de Praia passasse a residir, ora o Bispo, ora o Governador, tornando-se algumas providências para o desenvolvimento da mesma, cujo moradores já vinham usufruindo de atraentes privilégios, de acinte concedidos para a aceleração de tal desenvolvimento (BARROS,1973 apud PEREIRA, 2009).

Tal avança se constituiria em mais uma normativa que iria novamente delinear os novos rumos de Ribeira Grande, a medida que os interesses em investir na vila vizinha, já estava oficialmente confirmado. O que antes estava sendo difícil de contornar a situação de instabilidade econômica e social sem a ajuda eficaz por parte da Coroa, agora que se tornariam mais escassos as investidas no referido território.

Em 1656, a cidade é atacada por piratas Holandeses. Em 1665, a cidade já se encontrava reduzida a uma população com menos de 5% de brancos. Em 1676, Ribeira Grande conta com apenas 20 homens brancos. Essa regressão da população branca só acentuava a ruína da cidade, dada visto que os brancos nesse período tinham um melhor poder aquisitivo, o que não ocorria com os negros e mestiços descendentes de escravos.

Em 1712, Ribeira Grande é novamente atacada por piratas franceses. Esse ataque resultou em saque avaliado em 3 milhões de libras esterlinas. Dentre as coisas saqueadas, estavam: peças de artilharia de bronze; sinos de igrejas; os produtos dos armazéns; escravos; prata e vasos sagrados da Sé; crucifixos, e tudo das residências que tivesse metal de bronze. Esse fato sem dúvidas foi o marco do afundamento da cidade, que foi gradativamente e definitivamente abandonada após essa tragédia (PEREIRA, 2009).

Em carta enviada pela Câmara de Ribeira Grande em 1738, os oficiais reforçam o estado de pobreza e as dificuldades que os poucos moradores que ali residiam vinham enfrentando. Dentre as problemáticas estão a de reestruturar suas casas que assim como outros equipamentos urbanos estão em estado de ruínas, como a Sé Catedral, o presídio e os fortes.

Outro fator ainda agrava a situação, foi a proibição dos nativos comercializarem seus produtos, com destaque aos panos de algodão por eles produzidos, com estrangeiros que agora estavam aportando da Vila de Praia.

No que tange as nações estrangeiras, a carta dos oficiais da Câmara de Ribeira Grande relata que:

Os Ingleses e outras Nações estrangeiras vêm de escala na Vila da Praia, uns a fazer aguardar e tomar refrescos e outros com liberação de comprar roupas da terra, e pela proibição que há na Ilha [...] estamos prostrados esperando por sua clemência e piedade ser levantada a dita Proibição para que possamos utilizar com ela, e pagar nossas dívidas, e termos com que possamos servir a Deus Nosso Senhor e a Vossa majestade [...] (PEREIRA, 2009, p. 157).

Segundo CARREIRA (1968 apud LOPES FILHO, 2006 p. 19) no período áureo do comércio escravocrata, é desenvolvido em Cabo Verde uma espécie de “indústria” familiar de panaria, no qual, tinha como finalidade dar suporte na vestimenta dos escravos. Deste modo, o autor afirma que “o algodão e o pano foram incontroversamente uma das mais importantes mercadorias usadas no tráfico”, em que muitas das vezes, em uma fase posterior, os navios paravam em Ribeira Grande exclusivamente pela necessidade em obter esse produto.

Entretanto, a sua comercialização no contexto atual estava proibida para nações estrangeiras, limitando as vendas apenas para Portugal que comparecia no porto da cidade uma a duas vezes por ano e que não comparavam a mercadoria dos caboverdianos com dinheiro, mas sim, trocava por produtos baratos e de má qualidade vindo de Lisboa. E pela necessidade que a população local se encontrava, acabavam por se submeter a esse tipo de relações comerciais (PEREIRA, 2009).

Nesse mesmo contexto, a Vila de Praia, distante cerca de 12 km de Ribeira Grande, após passar também por crises socioeconômicas, veio aos poucos se reestruturando. A vila desde cedo que era referenciada por apresentar boas condições naturais para o estabelecimento de um porto.

Pires (2004. p. 30), explica que ainda no início do século XVI, quando a sede da capitania do Norte da ilha de Santiago denominada Vila de Alcatraz entra em declínio, tendo como uns dos motivos a concorrência de Ribeira Grande frente às atividades comerciais e as condições de semiaridez do ambiente que impossibilitaram o seu progresso, “a câmara [foi] transferida para a Praia que, nesta altura, é elevada à categoria de vila”. Aponta-se que possivelmente uma das justificativas para a efetivação da transferência seria a o fato da recém vila apresentar melhores condições para o porto.

Mais tarde, já no final do século XVI, por volta de 1582, quando houve a união da Coroa Ibérica e conseqüentemente o aumento das incursões ultramarinas em todos os

territórios portugueses, surgiu a preocupação em articular um plano de defesa nesses territórios. Diante disso, “surge a primeira sugestão da mudança do porto da Ribeira Grande para a Vila da Praia, por esta apresentar melhores condições de segurança e higiene e ser aparentemente melhor localizada” (PIRES, 2004. p. 48), ou seja, o mesmo argumento usado há décadas a respeito das ‘melhores condições para o porto na Vila de Praia’ para a antiga Vila de Alcatraz.

Nota-se que a Vila de Praia sempre esteve ali se mostrando como uma candidata a ocupar o posto que até então Ribeira Grande ocupara. E agora, com a gradual internacionalização e perda da hegemonia Ibérica das navegações ultramarinas muitos navios passaram a parar na vila e a negociarem seus produtos, visto que a fiscalização da Coroa Portuguesa não era tão acirrada como na cidade de Ribeira Grande.

Esse movimento também incentivou as populações que haviam adentrado o território nos períodos de secas consecutivas, a voltarem a se estabelecerem na vila ocasionando também um movimento de expansão de seu espaço urbano, em contrapartida ao declínio do núcleo urbano de Ribeira Grande que vinha se prolongando há décadas.

Ainda de acordo com Pires (2004), uma das coisas que contribuiu para a recuperação econômica da Vila da Praia foi a instalação da Companhia de Comércio no século XVIII, com isso, ressurgiu a ameaça de transferir a capital de Cabo Verde de Ribeira Grande para a Vila de Praia, título esse que sempre os habitantes de Ribeira Grande temeram perder, no entanto, sempre que oportuno, era fortalecida a ideia pelos os que eram a favor da transferência. E sem dúvidas, esse era um desses grandes momentos oportunos.

Apesar desse contexto socioeconômico favorável para a Vila de Praia,

a Ribeira Grande mantinha-se como a capital de toda a área porque não havia, de facto, outro espaço com melhores condições para o substituir. Ou seja, era concretamente um “centro relativo”, considerando que todos os outros à sua volta lhe eram ainda hierarquicamente inferiores no quadro do funcionamento da rede. Isto foi o que se passou ao longo de todo o século XVII e boa parte do século XVIII. Embora fosse evidente a decadência da Ribeira Grande, não havia outro núcleo em condições melhores. (PIRES,2004, p. 65).

Todavia, os moradores não tendo recursos para estruturarem suas moradias, além da inexistência de infraestruturas para receber autoridades, cadeia, açougues, casas da Câmara todas em ruínas e que associado com o pedido de comercialização de seus produtos com os estrangeiros sendo negados por parte da Coroa, muitos saíram de Ribeira Grande e passam a residir na Vila de Praia que nesse período contava com investimentos. Isso concretiza de vez no espaço o abandono do núcleo urbano de Ribeira Grande, cidade esta que foi imprescindível

no processo de desenvolvimento de muitas cidades coloniais nos três continentes, e que agora agonizava através de suas ruínas e ausência de seu povo.

E, só depois de um pouco mais de 1 (um) século desde a perda oficial da ‘centralidade’ de Ribeira Grande no comércio do tráfico negreiro em 1614, e início das crises recorrentes que afetaram os rumos de sua prosperidade, que conseguem finalmente transferir em 1769 a sede do governo para a Vila de Praia, permanecendo em Ribeira Grande apenas o ouvidor, a câmara e o cabido (corporação ou comunidade de eclesiásticos) da Sé. No entanto, somente em 1858, pelo decreto de 29 de Abril, que a Vila da Praia foi elevada à categoria de Cidade Capital, consumando de vez a Cidade de Ribeira Grande em estado de ruína e dando espaço para um novo momento onde esta passaria a ser chamada de Cidade Velha, com outros agentes e funções (PEREIRA, 2009).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórico-geográfica do espaço dentro do processo de investigação e aprofundamento das discussões foi determinante para se compreender a formação da cidade e seus desdobramentos perante as relações dialéticas estabelecidas entre a ordem local com as de ordem global. Estas que por sua vez, eram fundadas e processadas a partir das relações mercantilistas desenvolvidas entre o velho e o novo mundo.

Foi nesse contexto, que a Cidade de Ribeira Grande surgiu, e por meio às relações comerciais ultramarinas e de expansionismo dos territórios europeus em continentes africano e americano, conseguiu se firmar através e a serviço dessas relações, como placa giratória entre esses três continentes. E, o fato de estar localizada em um ponto central e estratégico do triangulo comercial do atlântico, foi decisivo para o seu desenvolvimento nesse período.

O privilégio conferido a sua localização geográfica, a tornara por assim dizer, cobiçada por inúmeras nações que assim como a Coroa Ibérica, almejavam fazer parte desse expansionismo de poder e dominação emergente no mundo quinhentista.

Todavia, o seu período áureo fora interrompido por essas mesmas forças que um dia a fez tornar-se o centro das atenções durante um período importante da história, período esse em que estava em jogo a definição de territórios e a constituição de seus respectivos povos envolvendo três continentes. Ou seja, as mesmas forças que a fez existir no final do século XIV e se fazer presente nos vários continentes, foram às mesmas forças que a fizeram se auto-sucumbir para o mundo em meados do século XVIII, entretanto, pautados em outros valores, interesses e contextos.

Em pouco mais de três séculos a cidade deixa de ser a Cidade de Ribeira Grande para tornar-se a Cidade Velha. Todavia, não se trata da Cidade Velha que se conhece hoje, novamente reconhecida mundialmente como Patrimônio Mundial da UNESCO dado o seu valor histórico e cultural inestimável, mas sim, uma cidade literalmente velha, em ruínas, abandonada ao ponto de não possibilitar uma vida digna até para aqueles que mais a estimava, o seu povo caboverdiano.

Uma cidade, que ao longo de sua existência na condição de Ribeira Grande, viveu em função de servir ao projeto de colonialismo europeu, sendo assim, base para o desenvolvimento de inúmeros territórios ao passo que o seu próprio território, ficou a mercê dos agentes e das demandas exógenas a ele.

E, para que esse projeto de colonização torna-se possível, atuaram em seu território, inúmeros agentes produtores do espaço urbano em intensidades e temporalidades diferenciadas, no entanto, teve como agentes protagonistas a igreja, o Estado e os agentes comerciais.

A Cidade de Ribeira Grande, hoje Cidade Velha, conta não só a sua própria história e de seu povo, mas também a história de muitos outros territórios espalhados nos três continentes: Europa, África e América. Por essa razão, que os historiadores afirmam que a Cidade Velha é berço do povo caboverdiano e de sua respectiva cultura, porém, ressaltam também que não pertence apenas a Cabo Verde, mas sim, aos três continentes que através de seu pequeno porto conseguiu estabelecer conexões permanentes com esses territórios e seu povo.

A pesquisa também deu subsídios para a compreensão da própria formação do território brasileiro, visto que, se debruçar na história de Ribeira Grande, é também se conectar com a nossa história, à medida que foram sendo estabelecidos ao longo dos séculos, laços socioculturais e econômicos, e não somente com Cabo Verde, mas com o próprio continente africano. E isso se deve, pelo fato do arquipélago aqui representado pela Cidade de Ribeira Grande, ter concentrado em seu território ao longo de quase três séculos, povos negros de inúmeras colônias africanas para só então, a partir de seu porto, ser levados em naus para as capitânicas brasileiras. Tal conjuntura ajudou a compor o que hoje concebemos como Brasil.

E, nesse contexto, o Oceano Atlântico se revela não como o elemento separador, mas sim, como a imensidão que foi responsável por estabelecer e fortalecer os laços entre os povos desses três continentes.

Ter a oportunidade de percorrer através das leituras, análises e reflexões toda a trajetória dessa cidade, foi sem dúvidas uma imersão ao passado não só de Cabo Verde mais de todos os lugares que esta cidade manteve conexões, haja vista que, se buscou compreender os agentes, os processos e como eles se concretizaram no espaço e deu conformidade a malha urbana. E mais, como os diferentes equipamentos urbanos, os quais são frutos dessas relações, se moldaram e se resignificaram ao longo do tempo e do espaço para atender as diferentes funções que são inerentes a dinamicidade do espaço urbano em diferentes temporalidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. A. Pensando a Cidade no Brasil Passado. *In*: SILVA, J. B; COSTA, M. C. L; DANTAS, E. W. C. **Cidade e o Urbano: temas para debates**. EUFC. Fortaleza, 1997, p. 27-52.
- CABO VERDE. **Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marítimos**. 2004. Disponível em: <<http://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/cabo-verde/contexto-nacional-da-gst-de-cabo-verde/en/>> Acesso em: set. 2014.
- FERNANDES, J. M. **Cidade e Casas da Maraconésia: Evolução do território e da arquitetura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa – quadro histórico, do séc. XV ao séc. XVIII**. 1992. 298f. Dissertação, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal, 1992. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/browse?type=author&value=Fernandes%2C+Jos%C3%A9+Manuel+da+Cruz>> Acesso em: Dez. 2015.
- JESUS, N. J. M. de. **Impacto Socio-Económico da Abolição da Escravatura na Sociedade Cabo-Verdiana**. 2010. 75f. Trabalho Científico. Universidade de Cabo Verde. Praia, 2010.
- HERNÁNDEZ, R. V. A. Capítulo 2 – Enquadramento da ilha de Santiago (Cabo Verde). *In*: HERNÁNDEZ, R. V. A. **Caracterização dos solos da ilha de Santiago (Cabo Verde) numa perspectiva de sustentabilidade Ambiental**. 2008. Dissertação, Universidade de Aveiro, Coimbra, Portugal, 2008, p. 9-79.
- LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. n. 24, p. 109-123, 2008.
- LOPES FILHO, J. **Abolição da Escravatura: Subsídios para o estudo**. ed. Spleen Edições. Praia. 2006.
- NEIVA, A. T. A ribeira grande ou cidade velha de Santiago de Cabo Verde. **Missdo Espiritana**, Ano 9 (2010) n.e 18, 83-101. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1377&context=missao-espirtana> Acesso em: jul. 2023.
- PEREIRA, A. D. **A importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago - CABO VERDE)**. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia, 2004.
- PEREIRA, A. D. **Marcos cronológicos da Cidade Velha**. 2. ed. (revista aumentada). Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia, 2009.
- PEREIRA, D, A. **Das Relações Históricas Cabo Verde – Brasil – Brasília**: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 164p. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/901-Das_relacoes_historicas_cabo_verde_brasil.pdf Acesso em: jun. 2023
- PIRES, F. J. M. R. **Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde: Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano (Séc. XV – Séc. XVIII)**. 2004. 233f. Tese. Câmara Municipal da Praia, 2004. Disponível em: <www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/.../Tese_mestrado_FP.pdf>

Acesso em: Set. 2015.

PIRES, F. J. M. R. **Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde: Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII.** ed. Universidade de Cabo Verde. Gráfica do Mindelo, Lda. 2007.

SAMPAIO, J. L. F. Cabo Verde: da ordem natural a organizações sociais. *In*: OLIVEIRA, V. P. V. de; GOMES, I. G; BAPTISTA, I; RABELO, L. S. **Cabo Verde: Análise Socioambiental e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável em Áreas Semiáridas.** Edições UFC. Fortaleza. 2012, p. 217 -245.

SANTOS, M. E. M; CABRAL, I. M. **O primeiro centro urbano colonial nos trópicos: Ribeira Grande (Cabo Verde), séculos XV-XVII.** 2012, 14 p.

Disponível em:

<<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/346?>> Acesso em: Dez. 2015.

SILVA, J. R. S; ALMEIDA, C. D; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais.** v.1, n.1, 2009.

TEIXEIRA, M. C; A influência dos modelos urbanos portugueses na origem da cidade brasileira. *Anais: IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.* v. 4, n. 3, p. 572-583, 1996. Disponível em:

<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/468/444>> Acesso em: Dez. 2015

VASCONCELOS, P. A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. *In*: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Explorações Geográficas.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1997, p. 247-278.

BIBLIOGRAFIAS

- BRITO, M. R. Oficina “**Desafios para uma candidatura ao Patrimônio Mundial**” . 2014. Disponível em:
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cidade%20Velha%20Cabo%20Verde_Martinho%20Brito\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cidade%20Velha%20Cabo%20Verde_Martinho%20Brito(1).pdf) Acesso em: jul. 2023.
- MENDONÇA, C. P. S. **Arquitectura militar de Cabo Verde: A Fortaleza Real de São Filipe e o sistema defensivo da Cidade Velha**. 85 f.2018. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Évora, 2018. Disponível em:
<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/25902> Acesso em: Nov. 2023.
- Patrimônio Mundial da UNESCO. **Cidade velha: Guia de normas urbanística**. CRAterre editora. 2018, 44p. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual%20Urbanistico%20Ilustrado%20da%20Cidade%20Velha.pdf> Acesso em: Jun. 2023.
- SIPA - **Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico**. Disponível em:
http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=7336
Acesso em: Nov. 2023.